

**HABEAS CORPUS Nº 548.238 - SP (2019/0355270-5)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**IMPETRANTE : MARCO AURELIO VERISSIMO E OUTROS**  
**ADVOGADOS : ROBERTO CARLOS KEPPLER - SP068931**  
**CAUÊ GUTIERRES SGAMBATI - SP303477**  
**MARCO AURELIO VERISSIMO - SP0279144**  
**VICTOR MARTINEZ ALVES BERNARDINO - SP431757**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO**  
**PACIENTE : NATAL SCHINCARIOL JUNIOR**

**DECISÃO**

**NATAL SCHINCARIOL JÚNIOR** alega sofrer coação ilegal, em decorrência de decisão monocrática do Desembargador relator da Apelação n. 0000756-96.2000.4.03.6108, em trâmite no **Tribunal Regional Federal da 3ª Região**, que, diante de pedido de suspensão do processamento da ação penal em decorrência de parcelamento do débito tributário, pediu informações à Procuradoria da Fazenda Nacional.

Informam os autos que o paciente foi condenado como incurso no art. 1º, I e II, Lei N. 8.137/1990, a 3 anos, 3 meses e 6 dias de reclusão, fixada pena restritiva de direitos consistente em prestação de serviços à comunidade, motivo pelo qual a defesa interpôs **apelação, pendente de julgamento**.

A defesa sustenta que "a denúncia, oferecida pelo Ministério Público Federal, foi aceita em Setembro de 2016. Em Agosto de 2019, o débito tributário que motivou a denúncia foi parcelado junto à Receita Federal. Diante disso, a defesa do paciente pediu para que o processo fosse suspenso".

Como o relator da apelação, em 14/11/2019, não decidiu imediatamente – preferindo oficiar à Procuradoria da Fazenda Nacional, "requerendo, com urgência, informações sobre a exigibilidade dos créditos tributários", determinando a "vista dos autos à Procuradoria Regional da República para que se manifeste sobre o pedido da defesa" – a defesa impetrou este *writ*, em que pretende "fazer cessar o ilegal constrangimento experimentado [...], em virtude da formalização do parcelamento do débito tributário – causa suspensiva da punibilidade estatal".

# *Superior Tribunal de Justiça*

A defesa aduz que, "havendo demonstração inequívoca por parte do impetrante/paciente de que houve o parcelamento do débito, ainda que o mesmo tenha ocorrido após o recebimento da denúncia, entendo que deve ser parcialmente concedida a ordem a fim de suspender o prosseguimento da ação penal, até o pagamento integral do tributo".

A defesa pleiteia o seguinte:

- a) a concessão da LIMINAR DE ORDEM, a fim de que seja determinado o trancamento da Ação Penal nº 0000756-96.2000.403.6108, em tramite perante a 11ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, determinando sua retirada de pauta da sessão de julgamento que será realizada dia 28/11/2019, em relação aos pacientes NATAL SCHINCARIOL JUNIOR; Em virtude do parcelamento do débito, ou ainda em virtude da patente boa-fé dos acusados nas operações de aquisição de mercadorias que embasaram a tomada de crédito pela empresa.
- b) a definitiva CONCESSÃO DE ORDEM, determinando-se o TRANCAMENTO TOTAL da Ação Penal nº 0002506-30.2015.8.26.0581 em tramite perante a 2ª Vara do Foro da Comarca de São Manuel/SP, em relação aos pacientes NATAL SCHINCARIOL JUNIOR, pelos motivos fartamente expostos;

## **Decido.**

O Desembargador relator da Apelação n. 0000756-96.2000.4.03.6108, em trâmite no **Tribunal Regional Federal da 3ª Região**, diante de pedido de suspensão do processamento da ação penal em decorrência de parcelamento do débito tributário, pediu informações à Procuradoria da Fazenda Nacional, nos seguintes termos:

Vistos, etc.

Trata-se de petição datada de 13/11/2019, da defesa, noticiando o parcelamento do crédito tributário objeto da presente ação penal, por força de decisão proferida pelo Juízo de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de São Manuel/SP, nos autos da Recuperação Judicial nº 1000627-68.2015.8.26.0581.

Requer-se a suspensão do processamento da ação penal e do correspondente prazo prescricional.

Repisa a alegação de litispendência deduzida na apelação e,

# Superior Tribunal de Justiça

alternativamente, requer seja reconhecida a prevenção da Quinta Turma deste Regional para julgamento do presente recurso.

Brevemente relatado, decido.

A presente apelação criminal foi distribuída a este Relator por prevenção, em razão do julgamento anterior da apelação criminal nº 2002.61.08.008329-6, autuada nesta Corte, em 22.02.2012. Considerando que a apelação criminal 0001370-70.2016.4.06.6131 foi autuada neste Tribunal apenas em 16/02/2018, não se constata a alegada prevenção da C. Quinta Turma para processar e julgar o presente recurso.

A alegação de litispendência, já deduzida pela defesa em seu apelo, será apreciada quando do julgamento do recurso, como questão preliminar.

Anote-se que o presente feito encontra-se incluído na pauta de julgamento do dia 28/11/2019.

Era razão do alegado parcelamento do crédito tributário, oficie-se a Procuradoria da Fazenda Nacional, requerendo, com urgência, informações sobre a exigibilidade dos créditos tributários apurados nos seguintes processos administrativos fiscais 10825.0001733/99-52; 10825.001734/99-15 e 10825.001735/99-88.

Com a vinda das informações, dê-se vista dos autos à Procuradoria Regional da República para que se manifeste sobre o pedido da defesa. P. I.

São Paulo, 14 de novembro de 2019 (fls. 1640 e 1.642)

Inicialmente, **ressalto que o paciente não aponta nenhum constrangimento ilegal em sua liberdade de locomoção, tratando-se de mero ato de hipótese**, motivo pelo qual evidencia-se a falta de interesse processual. Como se sabe, "não cabe ação de habeas corpus contra o chamado, por alguns, 'ato de hipótese'" (HC n. 82.319/SP, Rel. Ministro **Arnaldo Esteves Lima**, 5ª T., DJ 12/9/2007).

A teor do que consta na petição inicial, o impetrante impugna a probabilidade de ver indeferido pedido de suspensão do processamento da ação penal. Com efeito, o Desembargador relator **ainda não decidiu o pleito defensivo, o que configura evidente supressão de instância**. Preferiu ouvir previamente a Procuradoria da Fazenda Nacional e, de posse de informações oficiais, oficiar ao *Parquet* Federal, para manifestação.

# Superior Tribunal de Justiça

Ademais, o *writ* foi interposto contra **despacho/decisão monocrática** de Desembargador do TRF da 3ª Região, contra o qual seria cabível agravo regimental.

Nesse contexto, não é possível o conhecimento do pedido, uma vez que, a teor do art. 105, II, "a", da CF, **não houve julgamento em última instância pela Corte antecedente**, a ensejar a inauguração da competência desta Corte. Esse é o entendimento da hodierna jurisprudência desta Corte:

[...] 1. É inviável o conhecimento do presente *mandamus*, uma vez que o impetrante se insurge contra decisão singular de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, contra a qual seria cabível agravo regimental, que não foi interposto. Precedente do STF. [...] (**HC n. 315.608/PE**, Rel. Ministro **Jorge Mussi**, 5ª T., DJe 20/5/2015)

[...] 1. A provocação recursal da jurisdição de Corte Superior exige o prévio esgotamento da instância *a quo*, de modo que corretamente foi indeferido liminarmente o habeas corpus que atacava denegação monocrática do *writ* de origem.

2. Competia à defesa levar seu inconformismo, pela via do agravo, ao competente colegiado local e não inauguração, per saltum, da via recursal ao Tribunal Superior.

3. Agravo regimental improvido. (**AgRg no HC 321.098/RS**, Rel. Ministro **Nefi Cordeiro**, 6ª T., DJe 28/5/2015)

[...]

I. Não tendo a questão posta nos autos sido apreciada por Colegiado da Corte Estadual, é indevido o exame do tema por este Superior Tribunal de Justiça, pois a questão deveria ter sido apresentada ao Tribunal a quo, por meio de recurso próprio e, uma vez exaurida a instância sem que obtida a tutela pleiteada, a tese poderia ser trazida a esta Corte, sob pena de indevida supressão de instância. [...] (**HC n. 225.079/BA**, Rel. Ministra **Alderita Ramos de Oliveira** (Desembargadora Convocada do TJ/PE), 6ª T., DJe 28/9/2012, destaquei).

À vista do exposto, com base no art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente** o habeas corpus.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília/DF, 26 de novembro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

